

onjornal.com


onjornal.com



A festa já vai
começar:
Prefeito Renato
Junior vistoria
palcos do
#SouManaus
Passo a Paço

Página 2

Educação pode influenciar o voto de 71% dos brasileiros, aponta pesquisa



PÁGINA 10



Câmara dos EUA
aprova lei que
pode cortar verbas
de universidades
que boicotem
Israel

Página 4



TCE-AM
esclarece que
prestação
de contas de
2026 seguirá
regras atuais

Página 9

Eduardo Braga quer ajustar o fim da escala 6x1; entenda o que muda

O senador Eduardo Braga (MDB-AM) anunciou que pretende apresentar uma PEC paralela à proposta que prevê o fim da escala 6x1. A iniciativa deverá tratar de pontos como transição gradual, negociação coletiva, banco de horas, trabalho parcial e por turnos, além de regras específicas para setores de funcionamento contínuo, como comércio, gastronomia, logística, saúde e serviços. Braga votou a favor da redução da jornada máxima de 44 para 40 horas semanais na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, mas defendeu ajustes para evitar impactos econômicos.

Segundo o senador, a redução da jornada pode exigir novas contratações e elevar os custos em determinados setores. Ao mesmo tempo, Braga destacou possíveis efeitos positivos, como a redução do adoecimento dos trabalhadores, o aumento da produtividade e mais tempo para descanso, lazer e qualificação. “Sou a favor da extinção do regime 6x1”, afirmou, ressaltando a necessidade de adaptar a proposta às diferentes atividades econômicas.

A PEC 221/2019, aprovada pela CCJ, prevê a redução gradual da jornada de 44 para 40 horas semanais, sem redução salarial, além de dois dias de repouso semanal remunerado, sendo um deles preferencialmente aos domingos. O texto segue para o Plenário do Senado e precisa ser aprovado em dois turnos, com pelo menos 49 votos favoráveis. A PEC paralela anunciada por Braga ainda não foi protocolada.

A festa já vai começar: Prefeito Renato Junior vistoria palcos do #SouManaus Passo a Paço

O prefeito Renato Junior apresentou, nesta quinta-feira (3), a estrutura preparada para o #SouManaus Passo a Paço 2026, no Centro Histórico de Manaus. O espaço conta com palcos e áreas destinadas ao público, além de uma operação especial de trânsito e segurança.

Com o conceito “Origens, Águas e Manaus”, o evento amplia a ocupação cultural do Centro e terá como um dos destaques o palco Malcher, montado no porto de Manaus. A programação também movimentará trabalhadores, artistas, permissio-



nários, profissionais da gastronomia e técnicos envolvidos na realização do festival.

Para garantir a segurança e facilitar a circulação, a organização preparou mudanças no trânsito, controle de acessos e re-

forço das equipes de segurança. A operação será mantida durante toda a programação.

A Prefeitura orienta o público a ficar atento às alterações no trânsito e aos acessos definidos para os dias do evento.

Programa de atenção a mães atípicas avança na Câmara de Manaus



A Câmara Municipal de Manaus (CMM) aprovou, durante a sessão ordinária na quarta-feira (2), o projeto que institui o Programa Municipal de Atenção e Orientação às Mães Atípicas. A proposta prevê ações de acolhimento, valorização e orientação às mulheres responsáveis pelo cuidado de pessoas

com deficiência, doenças raras ou transtornos do desenvolvimento. O texto segue para sanção do prefeito.

Durante a sessão, os vereadores também aprovaram o Programa Conecta+ Manaus, voltado à integração, cooperação e ao desenvolvimento pessoal e profissional dos servido-

res públicos municipais. Outra proposta trata da instalação de quiosques de orientação sobre direitos do consumidor em grandes estabelecimentos comerciais. Já o programa “Vida Sobre Duas Rodas” avançou na tramitação, com medidas de educação, fiscalização e prevenção de acidentes envolvendo motociclistas.

No Pequeno Expediente, os parlamentares ainda discutiram temas como o Setembro Dourado, campanha de conscientização sobre o câncer infantojuvenil, o trabalho dos repórteres fotográficos e o fim da escala de trabalho 6x1.



Lei que cria proteção às vítimas de estupro e outras violências contra mulheres e crianças é aprovada no Senado.



O Senado aprovou, na quarta-feira (2), o Projeto de Lei nº 2.525/2024, que cria um protocolo unificado para o atendimento de vítimas de estupro e outras formas de violência contra mulheres, crianças, adolescentes e pessoas em situação de vulnerabilidade. A proposta, que já havia sido aprovada pela

Câmara dos Deputados, segue agora para sanção presidencial.

O protocolo estabelece procedimentos para atendimentos realizados em unidades de saúde e delegacias, com prioridade para acolhimento humanizado, privacidade, preservação de vestígios e prevenção da revitimiza-

ção. O texto também determina que profissionais das áreas de saúde e segurança pública recebam treinamento específico e periódico para atuar nesses casos.

Entre as medidas previstas estão a criação de salas reservadas para o atendimento, o encaminhamento imediato da vítima para uma unidade de saúde quando o primeiro atendimento ocorrer em uma delegacia e a comunicação à autoridade policial em casos de violência sexual identificados nos serviços de saúde. A proposta ainda estabelece regras para a coleta e preservação de materiais que possam auxiliar na investigação e na identificação do agressor.

O que são os minerais críticos que colocam o Brasil no radar mundial

O Senado aprovou, na quarta-feira (2), o projeto que cria a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos. A proposta estabelece regras e instrumentos para estimular a pesquisa, a extração, o beneficiamento e a transformação desses recursos, considerados importantes para setores como transição energética, tecnologia, fertilizantes e segurança nacional. O texto segue agora para sanção presidencial.

Mas, afinal, o que são minerais críticos? São recursos minerais considerados essenciais para determinadas atividades econômicas e estratégicas, especialmente aqueles cuja oferta pode sofrer riscos de interrupção. Entre eles estão elementos utilizados na fabricação de baterias, equipamentos eletrônicos, tecnologias de geração de energia e produtos ligados à indústria de defesa. As chamadas terras raras fazem parte desse grupo e ganharam destaque devido à crescente demanda internacional.

O Brasil possui grandes reservas de diferentes minerais considerados críticos e estratégicos, o que amplia seu potencial de participação nesse mercado. A nova política prevê incentivos para projetos de processamento e transformação, com possibilidade de investimentos de até R\$ 7 bilhões por meio de instrumentos governamentais. A expectativa é estimular a agregação de valor à produção nacional, ampliar a industrialização e reduzir a dependência externa em etapas da cadeia produtiva.

“Taxa das blusinhas” vira bandeira eleitoral em ano de disputa presidencial

A chamada “taxa das blusinhas” se transformou em uma das pautas de maior interesse político no Congresso às vésperas das eleições de 2026. Criado em 2024, o imposto de 20% sobre compras internacionais de até US\$ 50 passou a ser alvo de críticas de consumidores e também se tornou um ponto de desgaste para o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Em maio deste ano, Lula editou uma medida provisória que zerou o imposto, mas a mudança precisava ser aprovada pelo Congresso para se

tornar permanente.

A medida ganhou força no período pré-eleitoral por atingir diretamente consumidores que fazem compras em plataformas internacionais. Lula passou a defender publicamente a aprovação da proposta e classificou o fim da cobrança como uma questão de justiça. O governo também busca associar a medida à redução da carga tributária para consumidores, enquanto a oposição critica a política e setores da indústria e do varejo alertam para possíveis impactos sobre a produção nacional e o

emprego.

Na quinta-feira (3), a Câmara dos Deputados aprovou a medida provisória que mantém zerado o Imposto de Importação para compras internacionais de até US\$ 50. O texto segue agora para o Senado e precisa ser aprovado até 8 de setembro para não perder a validade. Apesar do fim da cobrança federal, as compras continuam sujeitas ao ICMS, imposto estadual. A aprovação é considerada uma vitória política para o governo Lula em um momento decisivo da corrida eleitoral



Morre Gloria Steinem, ícone mundial da luta pelos direitos das mulheres

A jornalista e ativista Gloria Steinem, uma das principais referências do movimento feminista nos Estados Unidos, morreu na quarta-feira (2), aos 92 anos. A morte foi anunciada ontem (3) pela fundação que leva seu nome. A causa não foi divulgada. Steinem morreu em sua casa, em Nova York, cercada por pessoas próximas, e, segundo a fundação, permaneceu atuante na defesa da igualdade até os últimos anos de vida.

Considerada uma das vozes mais importantes da segunda onda do feminismo, Steinem dedicou décadas à defesa dos direitos das mulheres, com atuação em temas como liberdade reprodutiva, participação feminina na política, violência doméstica e desigualdade no mercado de trabalho. No jornalismo, ganhou notoriedade em 1963 ao trabalhar disfarçada como coelhinha da Playboy para investigar as condições de trabalho das mulheres nos clubes da empresa. Na década de 1970, foi uma das fundadoras da revista Ms., voltada a questões relacionadas aos direitos das mulheres.

Steinem também participou da criação do National Women's Political Caucus, organização que buscava ampliar a participação feminina na política norte-americana. Em 2013, recebeu do então presidente Barack Obama a Medalha Presidencial da Liberdade, maior honraria civil dos Estados Unidos. Sua trajetória foi retratada no cinema em 2020, no filme As Vidas de Glória, dirigido por Julie Taymor e estrelado por Julianne Moore.

Por que o Estreito de Ormuz é tão importante para o mundo

O Estreito de Ormuz é uma das principais rotas marítimas de transporte de petróleo e gás do mundo. Localizado entre o Irã e Omã, o estreito conecta o Golfo Pérsico ao Golfo de Omã e ao Oceano Índico, sendo uma passagem estratégica para o abastecimento energético internacional. Por ele circula uma parcela significativa do petróleo comercializado globalmente.

A importância da região aumentou ainda mais diante das tensões entre os Estados Unidos e o Irã. Na quinta-feira (3), o vice-presidente americano, JD Vance, afirmou que os Estados Unidos são o único



país capaz de garantir o controle do estreito. Segundo ele, medidas militares recentes foram adotadas para dificultar ataques iranianos contra navios comerciais e manter o fluxo de petróleo e gás para os mercados internacionais.

De acordo com autoridades americanas ouvidas pela CNN, militares dos EUA escoltaram recente-

mente 40 navios comerciais que transportavam cerca de 18 milhões de barris de petróleo pelo Estreito de Ormuz. Qualquer interrupção prolongada da passagem pode afetar o transporte de energia, pressionar os preços internacionais do petróleo e gerar impactos sobre economias que dependem dessas importações.

Câmara dos EUA aprova lei que pode cortar verbas de universidades que boicotem Israel



A Câmara dos Deputados dos Estados Unidos aprovou, ontem (3), por 237 votos a 169, um projeto de lei que prevê o bloqueio de verbas federais para universidades que boicotem Israel. A proposta, chamada de "Lei de Proteção à Liberdade Econômica e Acadêmica", ainda precisa ser aprovada

pelo Senado para entrar em vigor. A medida ocorre em meio aos protestos contra a guerra em Gaza e às crescentes críticas ao governo israelense.

O projeto é apoiado por republicanos, que afirmam que a iniciativa busca impedir discriminação contra Israel e instituições judaicas. Manifestantes e opositores, porém, argumentam que medidas desse tipo podem restringir a liberdade de expressão e o debate acadêmico. O deputado democrata Jerrold Nadler, de Nova York, afirmou ser contrário ao mo-

vimento de Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS), mas votou contra o projeto por considerar que ele ameaça direitos de expressão.

A votação seguiu majoritariamente as linhas partidárias: apenas dois republicanos votaram contra, enquanto 33 democratas apoiaram a proposta. O conflito em Gaza, iniciado após o ataque do Hamas contra Israel em 7 de outubro de 2023, já provocou dezenas de milhares de mortes e intensificou os protestos em universidades norte-americanas.



Campanha de dignidade menstrual da DPE-AM ganha adesão de empresas



A campanha de arrecadação de absorventes e itens de higiene pessoal feminina, realizada pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas (DPE-AM) em parceria com o coletivo Girl Up Icamíabas, teve seu prazo prorrogado até o dia 11 de setembro após ganhar a adesão de empresas do Distrito Industrial de Manaus. Indústrias como a BIC e a Visteon Amazonas somaram cerca de 700 itens à mobilização, in-

cluindo aparelhos de barbear e absorventes. Todos os mantimentos arrecadados serão entregues às jovens assistidas pela Casa Mamãe Margarida. Pessoas físicas e jurídicas interessadas em doar podem entregar os insumos no Núcleo de Defesa da Mulher (Nudem), localizado na Avenida André Araújo, nº 7, bairro Adrianópolis.

A iniciativa busca mitigar os impactos da pobreza menstrual no estado, onde

27,9% das adolescentes de 13 a 17 anos já faltaram à escola por pelo menos um dia ao longo do ano por falta de itens básicos de higiene, segundo dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) citados pelo Unicef. A defensora pública Caroline Braz, coordenadora do Nudem, reforçou que o engajamento da iniciativa privada amplia a rede de apoio a meninas em situação de vulnerabilidade e convidou novas empresas a ingressarem no projeto. A liderança do Girl Up Icamíabas, Lucíola Abreu, destacou ainda que a aliança institucional com a Defensoria é fundamental para conferir visibilidade a um tema ainda pouco debatido e ampliar o alcance das doações na capital.

Defensoria solicita ao IMMU reforço nas linhas de ônibus para moradores do Tarumã

A Defensoria Pública do Estado do Amazonas (DPE-AM) reuniu-se com a gestão do Instituto Municipal de Mobilidade Urbana (IMMU) para interceder pela ampliação da oferta de transporte coletivo no bairro Tarumã, zona oeste de Manaus. A demanda foi formalizada após o órgão identificar a vulnerabilidade de famílias dos conjuntos habitacionais Morar Melhor 13, 14 e 15 durante ações do projeto Casa Acesa. Segundo a instituição, os moradores enfrentam severas limitações no direito de ir e vir devido ao atendimento insuficiente da frota atual para o deslocamento diário até postos de trabalho, esco-

las e serviços essenciais.

De acordo com o relato dos residentes, a estrutura de transporte da área permanece sem atualizações desde a entrega dos apartamentos. Atualmente, apenas as linhas 005, 011 e 012 operam no local, dividindo o atendimento entre os condomínios e o restante do bairro sem acréscimo de frota. O coordenador do Núcleo de Defesa do Consumidor (Nudecon), defensor público Christiano Pinheiro, ressaltou que a atuação institucional busca garantir mobilidade e acesso a serviços públicos a populações em situação de extrema vulnerabilidade social na capital.

Em resposta à solicitação da DPE-AM, o diretor-presidente do IMMU, Elson Andrade, comprometeu-se a enviar equipes técnicas ao local ainda nesta semana para realizar uma avaliação de campo. O estudo vai analisar os itinerários cumpridos, o tempo médio de espera nos pontos e o contingente populacional da comunidade para fundamentar o eventual redimensionamento da frota ou a criação de novas rotas. O órgão municipal destacou que a articulação técnica com a Defensoria é crucial para identificar gargalos operacionais em áreas periféricas e ajustar o atendimento à população.

Manaus organiza esquema especial de trânsito para os desfiles da Semana da Pátria

A Prefeitura de Manaus, por meio do Instituto Municipal de Mobilidade Urbana (IMMU), preparou uma operação especial de trânsito e transporte para atender ao público dos eventos da Semana da Pátria no Centro de Convenções Professor Gilberto Mestrinho (Sambódromo). O planejamento terá foco principal no Desfile Militar de segunda-feira (7/9), mobilizando cerca de 50 agentes de trânsito em 13 postos operacionais, com apoio do BPTran e do Detran-AM, para garantir a segurança viária e orientar motoristas e pedestres na região.

Para a realização do evento, interdições viárias começam com bloqueios parciais no sábado (5/9) nas avenidas Pedro Teixeira e Lóris Cordovil. Já na segunda-feira (7/9), a interdição total das vias no entorno do Sambódromo ocorrerá das 4h às 12h, fechando trechos estratégicos da Avenida Constantino Nery, entre a Avenida Desembargador João Machado e a Rua Pará, além de segmentos da Avenida Pedro Teixeira, Avenida Belmiro Vianez e Alameda do Samba. A liberação do tráfego será feita de forma gradual após o término das apresentações.

As alterações no trânsito também impactarão o transporte coletivo, com desvios de rotas iniciados às 4h da segunda-feira, direcionando os ônibus prioritariamente para as avenidas Djalma Batista e São Jorge. Durante a operação, as estações Arena e São Jorge terão o atendimento suspenso, e as linhas alimentadoras da Estação E2 Arena seguirão até o Terminal de Integração 1 (T1). O IMMU orienta a população a buscar rotas alternativas e prestar atenção às sinalizações temporárias instaladas no local.

Estudo alerta risco crítico de escassez hídrica em Manaus até 2040

Mesmo situada no coração da maior bacia hidrográfica do mundo, a cidade de Manaus enfrenta sérios riscos de segurança hídrica para os próximos anos, podendo atingir níveis críticos de desabastecimento até 2040. A constatação faz parte do estudo inédito “O desafio da segurança hídrica na região de Manaus e políticas de sustentabilidade”, lançado nesta quinta-feira (03) pelo Instituto Trata Brasil em parceria com a GO Associados, em evento na Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo. A pesquisa revela que o avanço das mudanças climáticas, somado à dependência do Rio Negro e ao uso indiscriminado de poços tubulares estimados em mais de 27 mil na capital, sendo apenas 5 mil regularizados, pressiona perigosamente os aquíferos locais.

Para conter a vulnerabilidade do sistema, o relatório enfatiza a urgência de diversificar a matriz hídrica da capital amazonense e fortalecer o controle sobre a captação subterrânea. A presidente executiva do Trata Brasil, Luana Pretto, ressaltou que a construção da segurança hídrica exige mitigação de riscos por meio de planejamento, proteção de mananciais, combate a perdas e incentivo ao reúso de água.

Governo Federal investe R\$ 582 milhões em recursos para a Amazônia contra El Niño

O Governo Federal detalhou um conjunto de medidas preventivas e de resposta emergencial voltadas para a Região Norte, com foco no combate à seca severa e aos incêndios florestais provocados pelo fenômeno El Niño em 2026. Apresentado pelos ministérios da Casa Civil, Meio Ambiente e Integração e Desenvolvimento Regional durante a iniciativa “Diálogos Federativos – Emergências Climáticas”, o plano prioriza a segurança alimentar e o acesso à água potável para populações tradicionais e áreas de difícil acesso na Amazônia.

Para mitigar o isolamento provocado pela estiagem nos rios amazônicos, a União antecipou a en-



trega de 160 mil cestas de alimentos, além do envio planejado de outras 350 mil cestas destinadas a indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas e agricultores familiares. O esquema logístico conta com o apoio de aeronaves pré-contratadas para assegurar o abastecimento em localidades com navegabilidade comprometida. No eixo da segurança hídrica, os programas Novo PAC e

Fundo Amazônia destinam R\$ 582 milhões para a Região Norte, englobando projetos de água rural, instalação de mais de 10 mil sistemas sanitários e soluções de captação para aldeias indígenas.

A estratégia federal baseia-se no monitoramento científico para alinhar a atuação entre estados e municípios no enfrentamento da crise climática regional. Segundo o Gover-

Ministério Público do Estado do Amazonas constata graves irregularidades ambientais no lixão municipal de Amaturá

O Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM), por meio da Promotoria de Justiça de Amaturá, identificou uma série de irregularidades ambientais e estruturais durante vistoria realizada no Lixão Municipal do município. A inspeção faz parte do Procedimento Administrativo nº 294.2025.000028, conduzido pelo promotor de Justiça Lucas Donato Primo Costa em conjunto com os secretários municipais de Meio Ambiente e de Infraestrutura. Entre os principais problemas constatados no local estão o descarte de resíduos variados a céu aberto sem qualquer compactação ou cobertura de solo, múltiplos focos de queimadas e a ausência total de barreiras físicas ou controle de acesso.

A ausência de cercamento, guaritas e sinalização adequada permite o livre acesso de veículos e pessoas não autorizadas ao perímetro, fator diretamente associado aos incêndios recorrentes provocados na área. O Ministério Público alertou para os riscos à saúde da população local e para o impacto da contaminação sobre o ecossistema do Igarapé Acuruí, que margeia o depósito de lixo. Diante do quadro crítico, o MPAM determinou prazos urgentes para que a Prefeitura de Amaturá promova o isolamento imediato do local, estabeleça vigilância permanente e implante áreas de amortecimento entre a vegetação nativa e o corpo hídrico.

Como alternativa definitiva para o encerramento do lixão, representantes do município informaram que a prefeitura está em processo de aquisição de uma nova área para a instalação de um aterro sanitário licenciado. Além disso, o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam) avalia a viabilidade de um consórcio intermunicipal entre os municípios da calha do Alto Solimões para atualizar o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS). A Promotoria de Justiça fixou o prazo de 15 dias úteis para que a Prefeitura de Amaturá e o Ipaam respondam aos ofícios formais e apresentem o cronograma das medidas corretivas.



Sebrae-AM oficializa Sala do Empreendedor em Anori e expande atendimento no interior



O município de Anori passou a integrar oficialmente a rede de atendimento do Sebrae no Amazonas com a assinatura de um Termo de Cooperação Técnica realizada em Manaus. A iniciativa reúne a diretoria do Sebrae-AM, a Prefeitura e a Câmara Municipal de Anori para viabilizar a implantação da Sala do Empreendedor local, prevista para ser inaugurada no dia 22 de setembro no prédio onde fun-

cionava o Conselho Tutelar.

A nova unidade estará vinculada à Secretaria Municipal da Juventude e apoiará projetos voltados a microempreendedores individuais (MEIs), artesãos e pequenos empresários da região, com destaque para as cadeias produtivas de açaí e frutas tropicais. Dados da Receita Federal apontam que Anori possui 601 empresas cadastradas, das quais 429 estão em ati-

vidade e 167 encontram-se inapta, quadro que o novo ponto de atendimento busca regularizar por meio de orientação técnica e facilitando o acesso a linhas de crédito, como as da Afeam.

Com a adesão de Anori, a rede do Sebrae Amazonas contabiliza 63 Salas do Empreendedor distribuídas por 61 cidades, restando apenas o município de Itacoatiara para alcançar a meta de cobertura em todos os 62 municípios do estado. A operação das unidades é mantida por Agentes de Desenvolvimento (ADs) indicados pelas gestões municipais e capacitados pelo Sebrae, descentralizando o suporte aos pequenos negócios sem a necessidade de manter estruturas próprias do órgão em cada localidade.

MPAM alerta que Prefeitura de Boa Vista do Ramos corrija o sistema de Conselho Tutelar

O Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM), por meio da Promotoria de Justiça de Boa Vista do Ramos, expediu uma recomendação administrativa à prefeitura local para corrigir falhas operacionais e estruturais no Conselho Tutelar do município. A medida, assinada pela promotora de Justiça Kyara Trindade Barbosa, decorre do Procedimento Administrativo nº 176.2026.000012, instaurado para fiscalizar o órgão. Inspeção realizada em agosto revelou que os conselheiros enfrentam dificuldades para alimentar o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (Sipia-CT), além de lidarem com escassez de computadores e internet insuficiente na sede.

O uso do Sipia-CT é obrigatório por determinação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) para o registro de atendimentos, encaminhamentos e medidas de proteção. A promotoria destacou que a falta de atualização contínua compromete a confiabilidade dos dados da infância e prejudica o planejamento de políticas públicas no município. Diante das carências relatadas pelos próprios conselheiros durante a fiscalização, o órgão ministerial busca a adequação pela via extrajudicial antes de adotar medidas judiciais cabíveis, como o ajuizamento de Ação Civil Pública (ACP).

Instituto capacita moradores de reservas sustentáveis para gestão de energia solar

O Instituto Puxirum iniciou nesta quinta-feira (03/09) o curso Agente Comunitário de Energia, Sistemas Fotovoltaicos Off-Grid na comunidade São João do Tupé, localizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Tupé, no Amazonas. A iniciativa faz parte do programa Puxirum da Energia e reúne 20 participantes das comunidades São João do Tupé, Colônia Central, Nossa Senhora do Livramento, Tatulândia, Costa do Arara e da Aldeia Indígena Tatuyo. Ao término das aulas, no dia 7 de setembro, os alunos receberão certificação oficial emitida

pelo Instituto Federal do Amazonas (IFAM) Campus Iranduba.

A formação combina aulas teóricas e oficinas práticas focado na montagem supervisionada de sistemas solares off-grid, tecnologia que opera de forma autônoma e independente da rede elétrica convencional. O modelo é essencial para isolados ribeirinhos e indígenas onde o fornecimento de energia é limitado ou inexistente. A grade curricular abrange noções de instalações elétricas básicas, segurança no uso de equipamentos, eficiência energética e manutenção preventiva.

Realizada em cooperação com o projeto Profissionais do Futuro II, fruto da parceria entre Brasil e Alemanha via GIZ e Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento (BMZ), a ação visa combater a pobreza energética na Amazônia. Para lideranças locais e coordenadores do projeto, a formação de agentes comunitários fortalece a autonomia dos moradores em relação ao uso de tecnologias limpas, reduzindo custos e dependência externa ao tempo em que consolida a gestão comunitária sustentável dos territórios do interior.

Censo Escolar 2026: escolas podem conferir dados da primeira etapa até 11 de setembro

Escolas das redes municipais, estaduais e do Distrito Federal têm até 11 de setembro para conferir as informações declaradas na primeira etapa do Censo Escolar da Educação Básica 2026, referente à Matrícula Inicial. A consulta dos dados pode ser feita no Sistema Educacenso, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), permitindo que gestores identifiquem possíveis erros ou inconsistências antes do início do período oficial de retificação.

Neste momento, o sistema está disponível apenas para consulta. Portanto, os responsáveis pelas escolas e pelas redes de ensino não podem alterar os dados registrados. Após a publicação das informações preliminares do Censo Escolar 2026 no Diário Oficial da União (DOU), prevista para a segunda quinzena de setembro, será aberto um prazo de 30 dias para correções. A etapa de retificação também será realizada pelo Sistema Educacenso, conforme as regras estabelecidas pela Portaria Inep nº 217/2026.

O Censo Escolar reúne informações de diferentes etapas e modalidades da educação básica e da educação profissional, incluindo educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos (EJA) e educação profissional. Os dados são utilizados na elaboração, acompanhamento e avaliação de políticas educacionais e também servem de base para programas de financiamento e distribuição de recursos, como o Fundeb. As informações ainda contribuem para a produção de indicadores como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), taxas de rendimento e fluxo escolar e distorção idade-série.

DPU recomenda uso de vagas em escolas privadas para reduzir fila por creches em Manaus

A Defensoria Pública da União (DPU) recomendou que a Prefeitura de Manaus utilize vagas disponíveis na rede particular para reduzir a fila de crianças de 0 a 5 anos que aguardam acesso a creches e à educação infantil. A proposta prevê o credenciamento de instituições privadas por meio de edital, que deverá ser lançado em até 30 dias, com financiamento compartilhado entre União, Estado do Amazonas e Município. Os três entes públicos têm 15 dias para informar se irão aderir às medidas sugeridas.

A recomendação foi emitida após a DPU identificar a falta de vagas na educação infantil da capital amazonense. A medida prevê que as escolas particulares credenciadas atendam crianças que estejam na lista de espera, enquanto o poder público amplia a capacidade da rede própria. A Defensoria

também propõe que os valores pagos por aluno sejam compatíveis com os preços médios praticados pelas instituições privadas de Manaus e que recursos sejam previstos prioritariamente na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2027. O financiamento sugerido deverá ocorrer de forma independente dos recursos destinados pelo Fundeb.

Para dimensionar a demanda, a DPU solicitou informações à Prefeitura sobre o número de crianças atendidas, a quantidade de estudantes que aguardam vaga e uma estimativa de famílias que possam estar fora das listas oficiais. O órgão também pediu dados sobre eventuais parcerias com instituições particulares, a possibilidade de abertura de edital de credenciamento ainda em 2026 e a utilização de recursos do Fundeb. União, Tribunal de Contas da União (TCU) e Tri-

bunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE-AM) também foram acionados para fornecer informações relacionadas aos recursos destinados à educação básica do município.

No documento, a DPU destaca que a educação infantil é um direito fundamental e cita entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), segundo o qual o poder público deve garantir o acesso de crianças de 0 a 5 anos a creches e pré-escolas. A Defensoria ressalta ainda que a oferta de vagas pode contribuir para que mães e responsáveis tenham condições de trabalhar ou buscar colocação no mercado. Caso União, Estado e Município não apresentem resposta considerada adequada, a DPU afirma que poderá adotar medidas judiciais, incluindo o ajuizamento de ação civil pública para assegurar o atendimento educacional às crianças.

CNE proíbe uso de IA para corrigir redações e provas dissertativas

O Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou novas diretrizes para o uso de inteligência artificial na educação e proibiu que ferramentas de IA sejam utilizadas para corrigir, avaliar ou atribuir notas a redações e provas dissertativas em qualquer etapa de ensino. As regras ainda dependem de homologação do Ministério da Educação (MEC) e publicação no Diário Oficial da União (DOU), mas as proibições previstas no parecer terão aplicação imediata. Instituições e redes de ensino terão 12 meses para adequar seus procedimentos à nova regulamentação.

Pelas diretrizes, sistemas de inteligência artificial po-

derão auxiliar na correção de provas objetivas, mas os resultados deverão ser obrigatoriamente analisados e validados por um profissional de forma efetiva, qualificada e documentada. A decisão final sobre notas, aprovação ou reprovação não poderá ficar exclusivamente a cargo de sistemas automatizados. Também fica determinado que detectores de conteúdo produzido por IA não poderão, isoladamente, servir como justificativa para punições acadêmicas ou disciplinares contra estudantes.

Outra medida estabelece restrições para crianças da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamen-

tal, até o 5º ano. Nessa faixa, o acesso direto, autônomo e sem supervisão a ferramentas de inteligência artificial, especialmente sistemas generativos e conversacionais, será proibido. A tecnologia poderá ser utilizada em atividades pedagógicas planejadas e conduzidas por profissionais da educação. As novas orientações também determinam que o ensino sobre inteligência artificial seja incorporado gradualmente aos currículos, com conteúdos relacionados ao funcionamento dessas ferramentas, identificação de erros e vieses, verificação de fontes e uso crítico das informações produzidas por sistemas automatizados.



MP denuncia oito pessoas por lavagem de dinheiro de jogo do bicho usando bets

O Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) denunciou oito pessoas suspeitas de participar de um esquema que utilizava empresas de apostas esportivas online, as chamadas bets, para ocultar e movimentar dinheiro proveniente do jogo do bicho. Segundo as investigações, o grupo teria dissimulado pelo menos R\$ 5,2 milhões por meio de operações financeiras realizadas em diferentes empresas.

A denúncia foi apresentada pelo Núcleo de Combate aos Crimes Cibernéticos do Grupo de Atuação Especializada de Combate ao Crime Organizado (Gaceco). A apuração aponta que valores obtidos com a contravenção eram inseridos no sistema financeiro

formal por meio da casa de apostas Rio Jogos, operada pela empresa Lema Administração e Participações S/A. Para movimentar os recursos, os investigados teriam recorrido ainda às empresas JRF Eagle Participações e Invecry Participações, além de pessoas apontadas como laranjas.

Como parte da investigação, a Coordenadoria de Segurança e Inteligência cumpriu mandados de busca e apreensão em imóveis na Barra da Tijuca, Freguesia, Botafogo e no centro do Rio de Janeiro, além de endereços nos estados do Paraná e de Goiás. A Justiça também determinou, a pedido do MPRJ, a suspensão das atividades e dos cadastros nacionais de pessoas jurídicas (CNPJs) da JRF

Eagle Participações e da Invecry Participações. A denúncia foi recebida pela 2ª Vara Especializada em Organização Criminosa do Rio.

O rastreamento financeiro identificou que, em 6 de maio de 2024, a Lema recebeu dois aportes de R\$ 2,5 milhões cada. Um dos valores teria sido enviado por João Eric Lourenço da Silva e o outro pela Apoio Consultoria Financeira, empresa vinculada aos denunciados Ana Paula Batista Vitorino e João Victor de Araujo Souza. Ainda no mesmo dia, a Lema transferiu R\$ 5,2 milhões à Loteria do Estado do Rio de Janeiro (Loterj) para o pagamento da outorga necessária à exploração de apostas de cota fixa.

TCE-AM esclarece que prestação de contas de 2026 seguirá regras atuais

O Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE-AM) esclareceu que as prestações de contas referentes ao exercício de 2026 deverão seguir as normas vigentes neste ano, mesmo que os documentos sejam encaminhados ao órgão de controle somente em 2027. A definição evita que gestores precisem adaptar a documentação às regras que entrarão em vigor no próximo ano.

A orientação consta na Nota Técnica nº 02/2026-SECEX, publicada no Diário Oficial Eletrônico do TCE-AM nesta segunda-feira (31). O documento esclarece a transição entre as normas atualmente aplicadas e as novas exigências previstas na Resolução nº 03/2026, publicada em 20 de agosto. Embora a resolução já esteja em vigor como norma publicada, seus efeitos começam apenas em 1º de janeiro de 2027.

Com isso, documentos, relatórios, demonstrativos e demais informações que compõem a Prestação de Contas Anual (PCA) de 2026 devem ser preparados conforme as regras aplicáveis à gestão realizada neste exercício. O envio da documentação em 2027 não altera o período ao qual as contas estão relacionadas. Para a conselheira-presidente do TCE-AM, Yara Amazônia Lins, o esclarecimento busca dar mais segurança aos gestores e equipes técnicas durante a mudança de regulamentação.

Empresas de saúde são condenadas a indenizar criança por falta do ‘teste da linguinha’ no Amazonas

Duas empresas responsáveis pela prestação de serviços de saúde foram condenadas a pagar R\$ 20 mil de indenização a uma criança que apresentou complicações relacionadas à dificuldade de amamentação após o nascimento. Segundo a decisão, não houve comprovação de que o chamado “teste da linguinha” tenha sido realizado antes da alta hospitalar, apesar de já ter sido identificada dificuldade na sucção do leite materno.

A criança nasceu em 2020 e apresentou problemas para mamar, com

perda frequente de peso. A mãe também relatou ter enfrentado dificuldades decorrentes da situação e acionou a Justiça. Em primeira instância, as empresas foram condenadas com base nas normas do Código de Defesa do Consumidor. Durante o processo, foram apresentados registros de outros exames realizados no recém-nascido, mas não foi localizado documento que comprovasse a realização do protocolo de avaliação do frênulo da língua.

A sentença foi mantida pela Segunda Câmara Cí-

vel do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM), durante julgamento realizado em 31 de agosto, sob relatoria da desembargadora Onilza Abreu Gerth. A administradora e a operadora do plano de saúde foram responsabilizadas solidariamente pelo pagamento da indenização, que deverá ser corrigida. Para o colegiado, o valor é compatível com as circunstâncias do caso e com decisões anteriores do Tribunal envolvendo falhas consideradas graves na prestação de serviços de saúde.

Finep destina quase R\$ 150 milhões para ampliar pesquisa científica na Amazônia Legal

A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) aprovou 17 projetos que receberão R\$ 148,8 milhões em recursos não reembolsáveis para fortalecer a infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica na Amazônia Legal. Os investimentos fazem parte da chamada pública Pró-Amazônia 2025, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), e contemplam instituições de sete estados da região.

O Pará teve o maior número de instituições selecionadas, com cinco projetos, enquanto Amazonas e Mato Grosso tiveram três cada. Maranhão, Roraima, Amapá e Tocantins também tiveram uma instituição contemplada. Entre as iniciativas estão projetos do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, Universidade Federal de Roraima (UFRR), Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), Universidade Federal do Pará (UFPA), Embrapa e Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), por meio do Instituto Leônidas e Maria Deane, a Fiocruz Amazônia.

Os recursos serão destinados a áreas como biotecnologia e biodiversidade, agricultura sustentável, energias renováveis, gestão de recursos hídricos, saúde pública, desenvolvimento urbano, tecnologia da informação, inteligência artificial e conectividade. No Pará, por exemplo, a Unifesspa desenvolverá uma plataforma multiusuária para biotecnologia e aproveitamento da biodiversidade amazônica, enquanto UFPA e Museu Paraense Emílio Goeldi participarão de uma iniciativa envolvendo genômica, biomoléculas e ciência de dados. A Embrapa também terá projeto voltado ao uso de tecnologias digitais no manejo integrado de açaí e abelhas sociais.

Educação pode influenciar o voto de 71% dos brasileiros, aponta pesquisa



A atuação dos governos na área da Educação pode ter peso nas eleições de 2026. Pesquisa nacional mostra que 71% dos brasileiros consideram que as ações dos governos no setor influenciam a escolha dos candidatos nas urnas. Além disso, 83% defendem que a Educação esteja entre as três principais prioridades dos governadores nos próximos quatro anos.

Os dados são da pesquisa “O que a população pensa sobre a educação | 2026”, realizada pelo Instituto IDEIA e encomendada pela Fundação Itaú, Fundação Lemann, Instituto Natura, Instituto Sonho Grande, Instituto Unibanco e Todos Pela Educação. O levantamento ouviu 20 mil brasileiros com 16 anos ou mais, nas 27 unidades da Federação, entre maio

e julho de 2026, com nível de confiança de 95% para cada amostra estadual.

A qualidade da rede pública é avaliada positivamente por 45% dos entrevistados, que classificam como ótima ou boa a educação oferecida pelas escolas públicas de seus estados. Santa Catarina (60%) e Ceará (59%) aparecem com as melhores avaliações, enquanto Rio de Janeiro (31%), Rio Grande do Norte (36%) e Roraima (36%) registram os menores índices. Já 49% dos brasileiros afirmam que a qualidade das escolas públicas melhorou nos últimos quatro anos. Alagoas (66%), Ceará (65%) e Sergipe (65%) lideram essa percepção, enquanto São Paulo (33%), Rio de Janeiro (38%) e Distrito Federal (39%) apresentam os menores percentuais.

Prêmio Cátedra Abertis reconhece pesquisas brasileiras sobre mobilidade sustentável e segurança viária

Pesquisas brasileiras voltadas à mobilidade sustentável, segurança viária e inovação na infraestrutura de transportes foram reconhecidas na 10ª edição do Prêmio Cátedra Abertis. A cerimônia de premiação ocorreu nesta quarta-feira (2), em iniciativa promovida pela Escola Politécnica (Poli) da Universidade de São Paulo (USP), Fundação Abertis e concessionária Arteris. Os vencedores da etapa nacional dividirão R\$ 7 mil euros em prêmios e poderão disputar a fase internacional, prevista para ocorrer no Chile ainda este ano.

O prêmio seleciona teses de doutorado e disserta-

ções de mestrado defendidas em universidades brasileiras nos últimos dois anos. Os trabalhos devem apresentar propostas relacionadas à gestão sustentável de rodovias, redução dos impactos socioambientais da mobilidade urbana e utilização de novas tecnologias no setor de transportes. Nesta edição, Leidy Vanessa Espinosa Ruiz, da Poli-USP, recebeu o prêmio de Melhor Tese de Doutorado pelo estudo sobre a durabilidade de bioligantes utilizados em pavimentação.

Na categoria Melhor Dissertação de Mestrado, foram premiados Ruy Santos Ribeiro, da Escola

de Engenharia de São Carlos (EESC-USP), por uma pesquisa que analisou mudanças na sinalização e na cor do pavimento a partir do comportamento de motoristas, e Thais Berger Barbosa da Silva, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pelo estudo sobre o impacto do modelo 2+1 em rodovias de pista simples nas condições de tráfego brasileiras. Alexis Jair Enríquez-León, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), recebeu Menção Honrosa pela tese dedicada à classificação e caracterização de ligantes asfálticos brasileiros com base em propriedades reológicas.



Forças de segurança apreendem 7,1 toneladas de maconha durante operação na BR-163, em Itaquiraí



Uma ação conjunta entre a PRF, a Polícia Federal e a Força Tática do 12º Batalhão da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul resultou na apreensão de 7,14 toneladas de maconha, na noite de terça-feira (1º), em Itaquiraí (MS).

Durante patrulhamento pela BR-163, as equipes identificaram duas cami-

nhonetes em alta velocidade, realizando ultrapassagens perigosas. Próximo ao km 98, os veículos acessaram uma propriedade rural às margens da rodovia, aparentemente para evitar a abordagem.

Os policiais realizaram buscas no local, mas não encontraram os veículos nem os ocupantes. Entre-

tanto, localizaram lonas plásticas próximas a uma área de vegetação, cobrindo um volume suspeito.

Ao verificar o material, foram encontrados diversos fardos de maconha, totalizando 7.140 kg. A droga foi apreendida e encaminhada à Delegacia da Polícia Federal em Naviraí (MS).

Homem é flagrado jogando pedra contra cachorro na presença de crianças em Manaus

Um homem identificado como Elias Santos foi flagrado arremessando uma pedra contra um cachorro em Manaus. O episódio foi registrado em vídeo e passou a circular nas redes sociais, gerando repercussão entre internautas. Segundo as informações divulgadas sobre o caso, a ocorrência aconteceu no dia 11 de agosto, por volta das 18h, enquanto crianças estavam próximas ao local.

Nas imagens, o animal é atingido pela pedra e tenta escapar. Mesmo após o cachorro se afastar, o homem aparece seguindo o animal. O registro não esclarece as circunstâncias que teriam motivado a agressão nem informa se o cachorro sofreu ferimentos.

Até o momento, não havia confirmação sobre eventual identificação formal do homem pelas autoridades ou sobre a abertura de um procedimento para apurar o episódio. Também não foram divulgadas informações sobre o estado de saúde do animal após a agressão.

A ocorrência pode ser comunicada aos órgãos competentes para que sejam avaliadas as circunstâncias do caso e uma possível prática de maus-tratos contra animal. A legislação brasileira prevê punições para atos de violência ou crueldade contra animais, e a eventual responsabilização depende da apuração pelas autoridades.

Operação Independência intensifica fiscalização contra embriaguez ao volante nas rodovias federais

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) inicia nesta sexta-feira (4) a Operação Independência, que segue até segunda-feira (7) com reforço na fiscalização das rodovias federais de todo o país. O principal foco será o combate à embriaguez ao volante.

Entre janeiro e julho de 2026, o álcool esteve relacionado a 2.080 sinistros de trânsito, que resultaram em 127 mortes e 1.754 feridos. Apesar dos números, houve redução em relação ao mesmo período de 2025.

No período, a PRF reali-



zou mais de 2,25 milhões de testes de alcoolemia, 5,33% a mais que no ano anterior. As recusas ao teste, porém, aumentaram para 25.289. Outros 4.051 motoristas foram flagrados dirigindo após consumir álcool, e 1.973 pessoas foram detidas por embria-

guez ao volante.

A PRF orienta os condutores a revisarem os veículos, descansarem antes da viagem, verificarem as condições das rodovias e do clima, respeitarem os limites de velocidade e não dirigirem após consumir bebidas alcoólicas.



Barezão Série B Sicredi: Semifinais definem finalistas nesta sexta-feira

Com rodada dupla no Carlos Zamith, Fast Clube, Operário, RB do Norte e CDC Manicoré entram em campo em busca da decisão, com auxílio do VAR. O Estádio Carlos Zamith será palco, nesta sexta-feira (4), dos confrontos que definirão os finalistas do Campeonato Amazonense de Futebol Série B Sicredi. Em rodada dupla, Fast Clube e Operário abrem a programação, às 18h. Mais tarde, às 21h30, RB do Norte e CDC Manicoré disputam o segundo duelo da semifinal. O Tricolor de Aço terminou na segunda posição, com 14 pontos, enquanto o Sapão da Terra Preta fechou a etapa classificatória em terceiro, com 12 pontos. Agora, os dois times medem forças por um lugar na final.

Do outro lado da chave, o RB do Norte chega como dono da melhor campanha. O Boto Tucuxi somou 16 pontos e terminou a primeira fase sem derrotas. O CDC Manicoré ficou na quarta colocação, com dez pontos, e busca avançar à decisão. As semifinais serão realizadas em partida única. Se houver igualdade no placar após os 90 minutos, a vaga na final será definida nas cobranças de pênaltis.

Os dois jogos decisivos desta sexta-feira terão o suporte do árbitro de vídeo (VAR). A tecnologia estará disponível durante as partidas para auxiliar a equipe de arbitragem na análise dos lances previstos no protocolo.

Segunda melhor dupla do mundo, Luisa Stefani e Gabriela Dabrowski garantem vaga no WTA Finals



Luisa Stefani e Gabriela Dabrowski são carinhosamente conhecidas pela torcida como “Stefanowski”. A junção dos nomes faz jus à sintonia forte da dupla dentro da quadra, uma parceria que levantou três troféus nesta temporada e ainda chegou à final em Wimbledon, torneio mais antigo e prestigiado da história do tênis.

Segunda melhor dupla do mundo, a brasileira e a

canadense se garantiram matematicamente com dois meses de antecedência no WTA Finals, torneio que reúne as melhores equipes do ano. Não será a estreia de Luisa Stefani no WTA Finals. A brasileira foi vice-campeã na temporada passada, mas sem a companhia de Gabriela Dabrowski, que já levou o título do evento em 2024. Adversárias nos últimos anos, as duas vão jogar

pela primeira vez o torneio como dupla. Por conta dos bons resultados, tiveram sua classificação para o WTA Finals confirmada nesta quinta-feira.

O torneio que reúne as melhores duplas do mundo será disputado apenas em novembro. Mesmo com dois meses de antecedência, Luisa Stefani e Gabriela Dabrowski, segunda melhor parceria da temporada, já garantiram matematicamente a classificação. Em 2026, a brasileira e a canadense foram campeãs do WTA 1000 de Dubai, do WTA 500 de Estrasburgo e do WTA 250 de Eastbourne. Além dos três títulos, a dupla foi vice-campeã de Wimbledon e alcançou as semifinais do Australian Open e de Roland Garros.

Lateral-esquerdo Ítalo Silva é a primeira renovação registrada pelo Amazonas FC para 2027

O Amazonas FC começou a movimentar o elenco para a próxima temporada. O lateral-esquerdo Ítalo Silva teve a renovação de contrato registrada no Boletim Informativo Diário (BID) da CBF e é a primeira permanência do atual grupo oficializada para 2027. Ítalo retornou ao futebol amazonense nesta temporada após passagem pela Jordânia e disputou 22 partidas com a camisa aurinegra, entre Campeonato Amazonense, Copa Norte e Série C do Campeonato Brasileiro. Ao longo da Terceirona, o lateral ganhou espaço principalmente durante o trabalho do técnico Rodrigo Santana.

Com a redução do elenco provocada pela saída de diversos jogadores, Ítalo passou a atuar com frequência mais avançada pelo lado esquerdo, formando em alguns jogos uma dobradinha com Alyson. A renovação é a primeira movimentação do Amazonas para 2027 após o encerramento da temporada. A Onça-pintada terminou a primeira fase da Série C fora da zona de classificação ao quadrangular final, depois de chegar à última rodada ainda com possibilidades de avançar. A campanha também foi marcada por problemas fora de campo. O Amazonas passou mais de quatro meses impedido de regis-

trar jogadores em razão de transfer bans impostos pela FIFA e perdeu atletas durante a competição, alguns deles em meio a cobranças por salários atrasados.

As últimas pendências foram solucionadas somente na semana da rodada final da Série C, permitindo ao clube regularizar uma série de reforços que já vinham treinando com o elenco. Com a eliminação, porém, a temporada profissional chegou ao fim. O clube também terá mudança no comando técnico para 2027. Rodrigo Santana se despediu do Amazonas nesta quarta-feira (2), por meio de uma publicação nas redes sociais.



ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Codajás
Comissão Permanente de Licitação - CPL

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura do Município de Codajás, através da Comissão de Contratação, torna público para conhecimentos dos interessados O RESTABELECIMENTO da licitação: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 037/2026.

OBJETO: Formação de Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de Produtos Para Saúde (PPS) e Materiais Médico-Hospitalares, destinados a atender as necessidades e demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Codajás, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

- Início de Acolhimento das Propostas e Documentos de Habilitação: 04/09/2026 às 08h00min;
- Limite de Acolhimento das Propostas e Documentos de Habilitação: 22/09/2026 às 09h30min;
- Abertura da Sessão: 22/09/2026 às 09h30min;
- Data do Pregão/Disputa de Preços: 22/09/2026 às 09h30min;
- Será sempre considerado o horário de Brasília-DF
- Local: www.licitanet.br

O Edital completo pode ser consultado no endereço eletrônico www.licitanet.br.

Codajás/Am, 02 de setembro de 2026.

MAURICIO SAMPAIO FARIAS
Agente de Contratação



ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Codajás
Comissão Permanente de Licitação - CPL

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura do Município de Codajás, através da Comissão de Contratação, torna público para conhecimentos dos interessados o RESTABELECIMENTO da licitação: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 034/2026.

OBJETO: Formação de Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de Medicamentos, destinados a atender as necessidades e demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Codajás, compreendendo insumos farmacêuticos para a Unidade Hospitalar João da Silva Bastos e para as Unidades Básicas de Saúde, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

- Início de Acolhimento das Propostas e Documentos de Habilitação: 04/09/2026 às 08h00min;
- Limite de Acolhimento das Propostas e Documentos de Habilitação: 18/09/2026 às 09h30min;

- Abertura da Sessão: 18/09/2026 às 09h30min;
- Data do Pregão/Disputa de Preços: 18/09/2026 às 09h30min;
- Será sempre considerado o horário de Brasília-DF
- Local: www.licitanet.br. O Edital completo pode ser consultado no endereço eletrônico www.licitanet.br.

Codajás/Am, 02 de setembro de 2026.

MAURICIO SAMPAIO FARIAS
Agente de Contratação



ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Coari
Comissão Permanente de Licitação - CPL

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura do Município de Coari, através da Comissão de Contratação, torna público para conhecimentos dos interessados que realizará a licitação: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 72/2026 - CCC PROCESSO ADMINISTRATIVO: 784/2026 - SMSPDS

OBJETO: Registro de Preços para eventual contratação de serviço de locação de veículos do tipo caminhão-pipa, sem condutor, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social do Município de Coari/AM.

- Início de Acolhimento das Propostas e Documentos de Habilitação: 08/09/2026 às 08h00min;

- Limite de Acolhimento das Propostas e Documentos de Habilitação: 22/09/2026 às 09h30min;
- Abertura da Sessão: 22/09/2026 às 09h30min;
- Data do Pregão/Disputa de Preços: 22/09/2026 às 09h30min;
- Será sempre considerado o horário de Brasília-DF
- Local: www.licitacoari.com.br

O Edital completo pode ser consultado no endereço eletrônico <https://www.licitacoari.com.br> e disponível no Portal da Transparência do município de Coari-AM (<http://www.transparencia.coari.am.gov.br>).

Coari/Am, 03 de setembro de 2026.

JOSÉ IVAN MARINHO DA SILVA
Presidente da Comissão de Contratação de Coari



ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Coari
Comissão Permanente de Licitação - CPL

DESPACHO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2026-CCC

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO o teor da ATA DE RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS DOCUMENTAÇÕES apresentado pelo Pregoeiro, para o Registro de Preços para eventual aquisição de Kits Maternidade que serão distribuídos às gestantes em vulnerabilidade social assistida pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Saúde no município de Coari-Am, oriundo do Processo Administrativo nº 358/2026 – SEMAS.

CONSIDERANDO que o referido procedimento licitatório transcorreu de forma regular, em obediência a legislação vigente, não sendo verificado nenhum vício que pudesse macular a regularidade do certame, tendo sido cumpridos todos os prazos regulamentares estabelecidos no referido processo;

CONSIDERANDO, ainda, que os documentos que se encontram acostados aos autos demonstram que foram respeitados todos os ritos legais exigidos pelas Lei Federal nº. 14.133/21;

continua...

continuação...

CONSIDERANDO, por fim, o Parecer Conclusivo emitido pela Assessoria Jurídica Interna desta Prefeitura;

RESOLVE: HOMOLOGAR, a decisão do Agente de Contratação de adjudicar na Ata de Recebimento e Julgamento das Documentações de Habilitação em favor das empresas vencedoras: PONTO NORTE AMAZONIA LTDA - CNPJ Nº 49.113.016/0001-08 para o Lote 1 - Itens: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, VITALOG LTDA - CNPJ Nº 35.088.184/0001-78 para o Lote 2 - Itens: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, conforme Ata e Planilhas apenasas ao Processo, na forma da Lei.

III– PUBLIQUE-SE, o presente despacho na forma da Lei, para fins de eficácia.

GABINETE DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, em Coari/AM, 03 de setembro de 2026.

HELLEN CRISTINA SILVA MATUTE.
Secretária Municipal de Assistência Social.
Decreto Municipal de 29 de maio de 2026.



ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Coari
Comissão Permanente de Licitação - CPL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2026 - PMC

Ata de Registro de Preço nº 50/2026. Pregão Eletrônico nº 47/2026. Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de Kits Maternidade que serão distribuídos às gestantes em vulnerabilidade social assistida pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Saúde no município de Coari-Am. Assinatura da Ata: 03/09/2026. Vigência: 12 (doze) meses. Fornecedores adjudicatários: Conforme Abaixo:

Fornecedor Beneficiário: PONTO NORTE AMAZONIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº 49.113.016/0001-08, estabelecida na R VIENA, nº 9, ANEXO 2 SALA 5 ANDAR 2, Bairro: PLANALTO, Cidade: MANAUS/AM, CEP: 69.045-570.

VENCEDOR DO LOTE 1 - ITENS: 1, preço unitário R\$ 14,00 (quatorze reais); 2, preço unitário R\$ 20,00 (vinte reais); 3, preço unitário R\$ 25,00 (vinte e cinco reais); 4, preço unitário R\$ 120,00 (cento e vinte reais); 5, preço unitário R\$ 39,00 (trinta e nove reais); 6, preço unitário R\$ 18,00 (dezoito reais); 7, preço unitário R\$ 24,00 (vinte e quatro reais); 8, preço unitário R\$ 26,00 (vinte e seis reais); 9, preço unitário R\$ 40,00 (quarenta reais); 10, preço unitário R\$ 27,00 (vinte e sete reais); 11, preço unitário R\$ 20,00 (vinte reais); 12, preço unitário R\$ 17,00 (dezessete reais); 13, preço unitário R\$ 26,00 (vinte e seis reais); 14, preço unitário R\$ 26,00 (vinte e seis reais); 15, preço unitário R\$ 21,00 (vinte e um reais); 16, preço unitário R\$ 44,00 (quarenta e quatro reais); 17, preço unitário R\$ 95,00 (noventa e cinco reais); 18, preço unitário R\$ 40,00 (quarenta reais); 19, preço unitário R\$ 25,00 (vinte e cinco reais); 20, preço unitário R\$ 35,00 (trinta e cinco reais); 21, preço unitário R\$ 13,00 (treze reais); 22, preço unitário R\$ 18,00 (dezoito reais); 23, preço unitário R\$ 15,50 (quinze reais e cinquenta centavos).

Fornecedor Beneficiário: VITALOG LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº 35.088.184/0001-78, estabelecida na R MAJOR LOBATO MENDES, nº 82, Bairro: SAO JORGE, Cidade: URUCARA/AM, CEP: 69.130-000.

VENCEDOR DO LOTE 2 - ITENS: 1, preço unitário R\$ R\$ 18,23 (dezoito reais e vinte e três centavos); 2, preço unitário R\$ 25,95 (vinte e cinco reais e noventa e cinco centavos); 3, preço unitário R\$

34,36 (trinta e quatro reais e trinta e seis centavos); 4, preço unitário R\$ 168,31 (cento e sessenta e oito reais e trinta e um centavos); 5, preço unitário R\$ 55,40 (cinquenta e cinco reais e quarenta centavos); 6, preço unitário R\$ 23,84 (vinte e três reais e oitenta e quatro centavos); 7, preço unitário R\$ 30,51 (trinta reais e cinquenta e um centavos); 8, preço unitário R\$ 36,54 (trinta e seis reais e cinquenta e quatro centavos); 9, preço unitário R\$ 35,98 (trinta e cinco reais e noventa e oito centavos); 10, preço unitário R\$ 38,57 (trinta e oito reais e cinquenta e sete centavos); 11, preço unitário R\$ 26,09 (vinte e seis reais e nove centavos); 12, preço unitário R\$ 18,51 (dezoito reais e cinquenta e um centavos); 13, preço unitário R\$ 36,57 (trinta e seis reais e cinquenta e sete centavos); 14, preço unitário R\$ 34,82 (trinta e quatro reais e oitenta e dois centavos); 15, preço unitário R\$ 29,53 (vinte e nove reais e cinquenta e três centavos); 16, preço unitário R\$ 66,72 (sessenta e seis reais e setenta e dois centavos); 17, preço unitário R\$ 40,14 (quarenta reais e quatorze centavos); 18, preço unitário R\$ 108,99 (cento e oito reais e noventa e nove centavos); 19, preço unitário R\$ 30,86 (trinta reais e oitenta e seis centavos); 20, preço unitário R\$ 47,69 (quarenta e sete reais e sessenta e nove centavos); 21, preço unitário R\$ 16,12 (dezesseis reais e doze centavos); 22, preço unitário R\$ 27,35 (vinte e sete reais e trinta e cinco centavos); 23, preço unitário R\$ 21,74 (vinte e um reais e setenta e quatro centavos).

A ata integral com especificações, preços e demais informações encontrar-se disponibilizada para consulta na Secretaria Municipal de Fazenda, Órgão Gerenciador, localizada na Rua Cinco (05) de setembro, nº 1000, Bairro: Centro – Coari/AM, CEP: 69.460-000.

GABINETE DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, em Coari/AM, 03 de setembro de 2026.

HELLEN CRISTINA SILVA MATUTE.
Secretária Municipal de Assistência Social.
Decreto Municipal de 29 de maio de 2026.



ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Japurá
Central de Compras Serviços e Contratos

DESPACHO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O PREFEITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO, o que consta na Ata Circunstanciada da Sessão do Pregão Presencial nº. 037/2026, elaborada pela Comissão Permanente de Contratação;

CONSIDERANDO que o referido procedimento licitatório transcorreu de forma regular, em obediência à legislação vigente, não sendo verificado nenhum vício que pudesse macular a regularidade do certame, tendo sido cumpridos todos os prazos regulamentares estabelecidos no referido processo;

CONSIDERANDO que a empresa PEGASO COMBUSTIVEIS E NAVEGACAO LTDA compareceu à sessão pública do referido processo licitatório, tendo esta atendido a todas as exigências editalícias, no que se referem a proposta de preços e documentações de habilitação; CONSIDERANDO, ainda, que os documentos acostados aos autos demonstram que foram respeitados todos os ritos legais exigidos pela Lei Federal nº. 14.133/21; CONSIDERANDO, por fim, a manifestação exarada pela Assessoria Jurídica desta Prefeitura, opinando pela adjudicação e homologação do resultado final do certame em favor da empresa declarada vencedora; RESOLVO: I — ADJUDICAR à empresa PEGASO COMBUSTIVEIS E NAVEGACAO LTDA, com sede na Margem Direita do Rio Japurá, s/n, bairro Centro, Japurá/AM, CEP 69.495-000, inscrita no CNPJ nº. 49.052.010/0001-60, todos os do termo de referência, perfazendo o valor global de R\$ 478.500,00 (quatrocentos e setenta e oito mil e quinhentos reais).

II - HOMOLOGAR a deliberação final do presente procedimento licitatório, realizado por meio do Pregão Presencial nº. 037/2026, em favor da empresa vencedora dos itens adjudicados, pelo critério menor valor global, tendo por objeto a “Contratação de pessoa jurídica, visando a aquisição de motor estacionário a gasolina 4 tempos para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Japurá”.

III – PUBLIQUE-SE o presente despacho na forma da Lei, para fins de eficácia.

Japurá/AM, 31 de agosto de 2026.

VANILSO MONTEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal de Japurá



ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de São Paulo de Olivença
Comissão de Contratação

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA:
OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 001/2026/CC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 225/2026/SEMOT

A Comissão de Contratação da Prefeitura Municipal de São Paulo de Olivença/AM torna pública a abertura da DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA: OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 001/2026/CC, no dia 04 de setembro de 2026 às 09h00min (horário de Brasília), e a SESSÃO PÚBLICA no dia 11 de setembro de 2026, às 11h00min (horário de Brasília),

Tendo como objeto a DISPENSA DE LICITAÇÃO NA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE OBRA E SERVIÇO DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO URBANA NAS SEGUINTE RUAS: GETÚLIO VARGAS; MONSENHOR EVANGELISTA; SANTA ISABEL, TIRADENTES E ESTRADA DE AJARATUBA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DE OLIVENÇA-AM,

CONVÊNIO TRANSFEREGOV.BR Nº 989371/2025, QUE, ENTRE SI, CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL-MIDR E O MUNICÍPIO - SEMOT (EM CONSEQUÊNCIA DAS LICITAÇÕES ANTERIORES DESERTAS), conforme disposições deste Edital e informações constantes no Projeto Básico e seus Anexos.

Modalidade da Contratação: Concorrência Pública Eletrônica; Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 75, inciso I; Modo de Disputa: Fechado; Critério de julgamento: Menor Valor Global; Data da recepção de proposta (as): 04/09/2026 às 09h00min (horário de Brasília); Data fim de recebimento de propostas: 11/09/2026 às 10h00min (horário de Brasília); Informação complementar:

O Edital estará disponível no Sistema BLL COMPRAS, pelo link: <https://bllcompras.com>

São Paulo de Olivença/AM, em 03 de setembro de 2026.

CARMEM KARLA BALIEIRO ROCHA
Agente de Contratação

Portaria nº 001/2025-GPM/SPO, de 06 de janeiro de 2025.



ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Içá
Comissão Permanente de Licitação - CPL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Concorrência Eletrônica: 90001/2025. Espécie: Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 023/2025, referente à construção de escola de 6 salas – com quadra – no município de Santo Antônio do Içá/AM – Vila Alterosa Juí – AM. Modalidade: Concorrência. Tipo: Menor preço, com recursos oriundos do Termo de Convênio nº 201804348-1, ID 3037444. Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ e RM CONSTRUSERV LTDA.

Objeto: Retificar erros materiais constantes do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 023/2025 e alterar a Cláusula Segunda do Contrato nº 023/2025, prorrogando o prazo de execução por mais 180 (cento e oitenta) dias, passando de 09/09/2026 para 08/03/2027, e estabelecendo o prazo de vigência contratual até 07/05/2027, de modo a contemplar o período necessário à execução e aos procedimentos administrativos de conclusão do objeto, conforme a Lei nº 14.133/2021 e demais legislação aplicável.

Santo Antônio do Içá/AM, 31 de agosto de 2026.

MARCELO DA CRUZ ALVES
Agente de Contração



ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de São Paulo de Olivença
Comissão de Contratação

TERMO DE DECLARAÇÃO DE LICITAÇÃO DE DESERTA
CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 90.052/2026/CC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 212/2026/SEMOT

No dia 01 de setembro de 2026, às 11h00min (horário de Brasília), o Pregoeiro/Agente de Contratação designados pelo Ato Administrativo, Portaria de Nomeação nº 001/2025/GPMSPPO, de 06 de janeiro de 2025, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021, realizou a abertura da sessão pública da licitação em epígrafe.

O certame possui como objeto a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE OBRA E SERVIÇO DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO URBANA NAS SEGUINTE RUAS: GETÚLIO VARGAS; MONSENHOR EVANGELISTA; SANTA ISABEL, TIRADENTES E ESTRADA DE AJARATUBA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DE OLIVENÇA-AM.

CONVÊNIO TRANSFEREGOV.BR Nº 989371/2025, QUE, ENTRE SI, CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL-MIDR E O MUNICÍPIO - SEMOT (EM CONSEQUÊNCIA DA LICITAÇÃO ANTERIOR DESERTA).

Decorrido o prazo legal e regulamentar estipulado no Edital para recebimento e cadastro de Proposta(s) Inicial(is) e simultaneamente as Documentações de Habilitação no Sistema de Bolsa de Licitações e Leilões - BLL (<https://bll.org.br/>), constatou-se a ausência total de licitante interessados. Não houve o envio de nenhuma proposta de preço ou documentação de habilitação por parte de qualquer operadora ou empresa do ramo. Diante da inexistência de interessados em participar do certame, e com fulcro no ordenamento jurídico vigente, este Pregoeiro formaliza a presente declaração de SESSÃO PÚBLICA DESERTA.

Determina-se o encaminhamento imediato dos autos do processo administrativo à assessoria jurídica e à autoridade superior competente para a adoção das providências cabíveis, avaliando-se a necessidade de reabertura do certame com eventual adequação de exigências, republicação do Edital ou demais alternativas previstas na legislação.

São Paulo de Olivença/AM, em 03 de setembro de 2026.

DICSONEY NASCIMENTO MARTINS
Pregoeiro

Portaria nº 001/2025-GPM/SPO, de 06 de janeiro de 2025



ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Içá
Comissão Permanente de Licitação - CPL

ERRATA DE PUBLICAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO
DO PREGÃO ELETRÔNICO 90003/2026

A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Içá/AM torna pública a presente ERRATA, para correção nomenclatura do processo, constante no aviso de licitação, oriundo da Pregão Eletrônico nº 90003/2026.

Onde se lê:

“Contratação de Empresa de Engenharia para Aquisição de um veículo...”

Leia-se:

“Contratação de Empresa para Aquisição de um veículo...”

Santo Antônio do Içá/AM, 01 de Setembro de 2026.

MARCELO DA CRUZ ALVES
Agente de Contração